



# APRESENTAÇÃO

## DOSSIÊ 10 ANOS DAS JORNADAS DE JUNHO: AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES E DESAFIOS DA REVOLTA SOCIAL – PARTE I

Desde 2013 foram inúmeras as interpretações das Ciências Sociais sobre as mobilizações multitudinárias desse período no Brasil. Distintas leituras, sob diferentes perspectivas foram difundidas, inserindo-se em um rol de disputas que reivindicam os sentidos das manifestações. Na esteira de um ciclo de insurgência urbana difuso, os protestos emergem em um contexto de profundas transformações na sociedade e nas instituições, bem como de reconfiguração das ações coletivas, não somente em nosso país, mas também em nível global.

Junho de 2013 constitui parte significativa da chamada “década da indignação”, conflagrada como consequência da crise financeira de 2008 e de outros fenômenos econômicos, sociais e culturais. Essa nova “geopolítica da indignação global” (Bringel e Pleyers, 2015) atravessou diversos países do mundo em levantes populares massivos, como ocorreu na Primavera Árabe, nos acampamentos do Occupy Wall Street, dos Indignados na Espanha, nas mobilizações estudantis no Chile, nas ocupações de parques e praças na Turquia, no Nuit Debout na França e nos *estallidos* de indignação que eclodem ao final da década e se estendem nos anos seguintes por toda a América Latina.

A despeito das semelhanças e do compartilhamento de práticas e ações coletivas, não se pode ignorar as particularidades e características do processo político e da cultura política em cada país. No Brasil, uma década de distanciamento nos afasta das grandes manifestações que se espalharam por todo o país em junho de 2013. Não obstante, os levantes de junho seguem desafiando e interpelando as Ciências Sociais (Velho, Moraes e Perruso, 2018). Uma profusão de análises foi elaborada, algumas com maior acuidade para alcançar elementos importantes das diversas dimensões do fenômeno, ao passo que outras acabam por restringir-se a enquadramentos simplistas e limitados, como os que conectam a ascensão de governos conservadores e de extrema-direita à emergência de protestos cidadãos.

Nessa variedade de explicações, muitas concentram-se no quadro político-eleitoral, na polarização e nos possíveis efeitos eleitorais enquanto desdobramentos das ações contestatórias. A complexa conjuntura posterior intensifica os obstáculos e estímulos para a intelectualidade brasileira, que muitas vezes foi tensionada a julgar as mobilizações em vez de investigá-las de maneira atenta e fundamentada.

Nesse cenário somam-se inúmeras circunstâncias: o acirramento das crises política, econômica e social; as fissuras na “hegemonia lulista” (Perruso, 2023) que irrompem em 2013; a polarização que se expressou não só nas eleições, mas também nas ruas por meio dos atos pró e contra o impeachment entre 2015 e 2016; a ascensão do capitão reformado do exército ao cargo máximo do executivo em 2018 e as mais recentes intervenções de grupos de extrema-direita demandando intervenção militar. Além disso, todo esse contexto é agravado significativamente com os impactos da pandemia da Covid-19, que evidencia os níveis de abissal desigualdade social e racial em nosso país, em meio a inaptidão do (des)governo negacionista diante da crise sanitária e humanitária causada pela disseminação do coronavírus.

No entanto esse período também é marcado por ações contestatórias não raras vezes esquecidas nas interpretações, e carregadas daquele espírito de 2013, com repertórios e referências relacionadas ao setor autonomista, como as ondas de ocupações nas escolas em 2015 e 2016, as ocupações de prédios públicos, como o Ocupa MinC no Rio de Janeiro, a Primavera Feminista e a centralidade da luta Antirracista. Além disso, mudanças silenciosas se deram a partir da abertura de

debates sobre os relevantes problemas do direito à cidade, da mobilidade urbana e da tarifa nos transportes. Considerado sonho impossível e ficção irrealizável por diversas autoridades públicas em 2013, hoje a tarifa zero é uma realidade em dezenas de cidades do país.

O intenso e intrincado panorama pré/durante/pós-2013 insiste em nos instigar, impulsionando a examinar e compreender esse fenômeno social que conforma tema científico de grande relevância na atualidade. Nessa direção, observar também o contexto latino-americano nos impulsiona a analisar similitudes, diferenças, potencialidades e tendências, estabelecendo diálogos possíveis. Ao final da década de 2010 e nos anos seguintes, quando se falava do fim do ciclo dos protestos globais de indignação, diversos países da América Latina entraram em ebulição social, como Nicarágua, Equador, Haiti, Porto Rico, Colômbia, Chile e Peru. Não obstante as demandas e especificidades de cada país, também foram observadas semelhanças com outros contextos de protesto e com Junho de 2013, como as críticas à representação, à política institucional e aos sujeitos políticos tradicionais, bem como, de maneira similar ao que ocorreu em outros locais, novamente a repressão foi mecanismo impulsionador do espraio das ações contestatórias em muitos países.

Nas manifestações mais recentes na América Latina destacam-se ainda as críticas ao desenvolvimentismo, ao neoliberalismo, ao colonialismo, às múltiplas formas de violência e às heranças dos períodos de regime militar (Bringel, 2021). Desde o nosso lugar na periferia do capitalismo, onde operam as raízes históricas da colonialidade e do racismo, a concentração da propriedade de terra e de renda e as mais agudas consequências de históricas desigualdades e de recentes políticas de ajuste estrutural, cabe indagarmos o que essas experiências nos dizem.

Diante da complexidade, das múltiplas dimensões e desafios da última década, a revista *Desigualdade & Diversidade* dedica as duas edições do ano de 2023 a reunir trabalhos que concentram expressivas contribuições para apreender esse contexto enquanto parte de um processo em aberto, em construção e disputa permanentes.

Nesta Parte I do Dossiê **10 anos das Jornadas de Junho: As múltiplas dimensões e desafios da revolta social**, os quatro primeiros artigos combinam suas análises a uma síntese das interpretações e narrativas que alcançaram a cena pública ao longo desses dez anos. Além desse balanço da produção intelectual



publicada, Maria da Glória Gohn, no artigo “Junho de 2013, 10 Anos Depois: Um Enigma ainda a Decifrar”, realiza um mapeamento das ações coletivas e resgata os principais traços desse ciclo de mobilizações, seus repertórios, demandas, desdobramentos e impactos no quadro sociopolítico brasileiro. As análises da autora alcançam ainda o papel dos mais distintos atores sociais que marcaram o “acontecimento” Junho de 2013 e seu desenrolar posterior, com observações acerca dos desafios ao momento atual, sugerindo uma agenda de pesquisa que pode implicar em novas aberturas para estudos no campo.

No ensaio “Ecos de(s)de Junho de 2013”, Marco Antônio Perruso caracteriza as narrativas e revisita as Jornadas, percorrendo a trajetória histórica brasileira e analisando a agência política e cultural das classes populares. Sua ênfase reside objetivamente em questionar falsificações feitas ao sentido daquele ciclo. Atento aos pactos sociais que se sucederam ao longo de tantos governos da Nova República, o autor toma “o repúdio à política institucional burguesa” que se apresentou em Junho, enquadrando-o como resultado de um acúmulo ascendente de lutas sociais empreendidas no país desde o início da década de 2010.

Ao compartilhar uma síntese das interpretações sobre o tema, Marcelo Kunrath, no terceiro artigo “Ciclo de Protestos de 2013: contribuições do campo de estudos de movimentos sociais e protesto para a análise de um objeto de disputa”, explicita as disputas interpretativas em torno do “evento crítico” 2013. Em vez de situar-se de um lado ou de outro na contenda, ele se aproxima do tema com base na perspectiva do campo de estudos dos movimentos sociais e protestos, trazendo à tona definições conceituais fundamentais que marcam o conhecimento acumulado pelo campo de estudos para compreensão de como se deu esse processo.

Erick Omena e Rafael Souza, no artigo “Junho de 2013 em perspectiva histórica: as raízes urbanas e autonomistas da revolta”, estabelecem uma linha de debate crítica sobre as duas principais teses interpretativas acerca do ciclo de 2013. Seguindo uma via oposta às duas teses debatidas, a hipótese explicativa dos autores remete-se ao processo histórico brasileiro, explicitando dados centrais acerca das percepções de insuficiência na representatividade política e de degradação das condições de vida nas cidades. A caracterização dos autores acerca das manifestações, historicizando suas origens e antecedentes, evidencia o progressivo desenvolvimento de uma cultura de protesto e de rechaço às elites

econômicas e ao sistema de representação política, que cresce até ganhar a tração e a magnitude verificadas nas ruas de 2013.

Diante das narrativas que indicam que 2013 oportunizou a abertura da “caixa de Pandora” ou gerou o “Ovo da Serpente” do qual brotou a extrema-direita organizada que se destacou no cenário político nos anos posteriores, o quinto artigo, “A direita brasileira e as manifestações de 2013”, de Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi, provoca o debate sobre quais sujeitos políticos reivindicam para si o protagonismo e/ou as bandeiras do ciclo de Junho de 2013. Nesse sentido, a autora analisa os discursos de figuras proeminentes dos campos da direita e da extrema-direita, evidenciando a profunda aversão desses setores àquelas manifestações, a autora demonstra a insustentabilidade das narrativas acerca de um suposto “caráter direitista” das Jornadas. Além disso, contribui analiticamente ao debate sobre como se operaram, desde então, medidas restritivas e criminalizadoras do livre direito de manifestação no país.

Concentrando-se nos antecedentes de Junho de 2013, Maria Rita Vilela, no artigo intitulado “Rio+20: antecedentes da década da indignação”, busca compreender a Rio+20 enquanto mecanismo impulsionador de contestações e de uma agenda reivindicatória. A autora esboça o caldo em ebulição formado por múltiplos sujeitos sociais reunidos nesse contexto em torno de agendas socioambientais e relacionadas ao desenvolvimento sustentável, com enfoque na presença de reivindicações desafiadoras às instâncias de poder, que questionam determinados projetos de desenvolvimento e arriscam-se a vislumbrar e desejar outros “futuros sustentáveis”.

A repercussão de Junho de 2013 nos jornais e nas entidades representativas dos transportes públicos é tema do artigo de Gustavo Henrique Serafim França. Em “Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar: o esboço de uma greve da cidade nas manifestações de junho de 2013”, o cientista político demonstra como se deu o processo de domesticação daqueles movimentos, que eram aceitos pelas elites políticas e econômicas do país desde que não se transformassem em algo incontrolável, uma espécie de “greve da cidade”. Assim, com ampla variedade de fontes, França faz o leitor voltar no tempo para acompanhar a repercussão das Jornadas de Junho a partir “de cima”.

No artigo “Polarização severa no pós-Junho de 2013: a experiência social dos movimentos Passe Livre e Brasil Livre”, Daniel Fassa Evangelista traz o processo de

polarização vivenciado no pós-junho de 2013 a partir de profunda pesquisa comparativa entre o Movimento Passe Livre (MPL) e o Movimento Brasil Livre (MBL) evidenciando as complexas lógicas de ação acionadas pelos atores nas disputas políticas.

Visando contemplar estudos que abordam experiências de protesto em outros países da América Latina, os dois últimos artigos nos ofertam uma aproximação das múltiplas características que marcam o *estallido* social que sacudiu o Chile em 2019 e mobilizou a pauta sociopolítica na Região nos anos seguintes. Camila Ponce, no artigo intitulado “Desenredando el Laberinto del Ciclo Político en Chile: Explorando el Rechazo a la Nueva Constitución Después del Estallido Social”, nos apresenta o complexo quadro político instalado no Chile dos últimos anos, que convive ainda com as prolongadas marcas deixadas pelo regime militar de Pinochet. Ela aborda e problematiza a recente via de transformações no país, que sob um crescente quadro de ebulição política culminou em transbordamento social nas ruas no ano de 2019, dando início a um ziguezagueante processo de tentativas de reforma constitucional. Para ilustrar e problematizar as contendas políticas ali presentes, a autora demonstra como grupos e movimentos sociais por tanto tempo marginalizados e oprimidos tomaram a cena política do país, mas nem por isso conseguiram facilmente levar a termo demandas democratizantes e inclusivas pautadas pelos protestos de 2019.

O Chile contemporâneo e sua ampla variedade de ações contestatórias também se apresentam no estudo de Natalia Miranda. A partir de um olhar voltado para o movimento “No más AFP”, a autora busca pontos de convergência entre suas reivindicações e as mobilizações anteriores que têm chamado a atenção da comunidade internacional em relação ao Chile. O artigo “¿Cómo ha cambiado el activismo en el Chile contemporáneo? Discutiendo hallazgos a partir del movimiento *No más AFP*” amplifica as discussões sobre o famoso *estallido* social de 2019, trazendo reflexões novas ao debate.

Essa edição inclui ainda a Resenha Crítica realizada por Caio Lopes Pessoa de Mendonça, que analisa a obra coletiva *Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil* (EdUERJ, 2022), organizada por Francisco Mata Machado Tavares, Luciana Ballestrin e Ricardo Fabrino Mendonça. O pesquisador encontra importantes reflexões sobre o processo das mobilizações de 2013, ressaltando os

pontos de novidade trazidos pelo livro e as questões que ainda precisam ser respondidas sobre as Jornadas de Junho.

Além disso, o Dossiê oferta uma entrevista especial com o professor Marcos Nobre. Muito ativo nas discussões acerca das diversas dimensões que abrangem a temática, o filósofo e cientista social fala sobre algumas das principais características em jogo, abordando as disputas interpretativas que cercam o tema. Ao analisar Junho de 2013 enquanto sintoma de abalos mais profundos em nosso sistema político, Nobre registra definições conceituais e reflete sobre horizontes relevantes, caminhando pelos efeitos das mudanças nas configurações sociopolíticas na contemporaneidade e chegando à necessidade, até o momento insatisfeita, de construção de um programa político que possa cristalizar debates e ações políticas fundamentais para nossa sociedade e fazer frente ao crescimento do autoritarismo.

Esta edição nos brinda também com uma seção inédita intitulada **Imagens da Revolta**. Levando em consideração os impactos das mudanças nas tecnologias de informação e comunicação e o uso dessas ferramentas nesse contexto de protestos, uma seção inteira será dedicada à exibição de fotos com breves relatos produzidos por fotojornalistas e fotógrafos do jornalismo popular/mídia-jornalistas/mídia-ativistas/mídia-livristas que estiveram presentes nas manifestações em 2013.

O Dossiê **10 anos das Jornadas de Junho: As múltiplas dimensões e desafios da revolta social – PARTE I** reúne uma coleção de trabalhos lapidares confeccionados com acuidade por pesquisadores que se debruçam sobre os fenômenos e a conflitualidade do período. Por meio deles observamos o fortalecimento da função “simbólica” e “profética” (Melucci, 1989) dos movimentos sociais e sujeitos políticos que constituem ações coletivas e mobilizações societárias, que disputam sentidos e orientações, desvelando problemas substanciais da sociedade. Tais estudos mostram-se cada vez mais essenciais para as Ciências Sociais alcançarem a abertura reflexiva necessária para abarcar questões pujantes da contemporaneidade.

**Brena Costa de Almeida**

Pesquisadora de pós-doutoramento no PPGCIS/PUC-Rio

**Guilherme Ribeiro**

Pesquisador de pós-doutoramento no PPGCIS/PUC-Rio

**Maria Cândida Vargas Frederico**

Pesquisadora de pós-doutoramento no PPGCIS/PUC-Rio

Organizadores

doi.org/10.17771/PUCRio.DDCIS.64171





## Referências

- BRINGEL, B; PLEYERS, G. 2015. “Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil”, *Nueva Sociedad*, p.4- 17.
- BRINGEL, B. 2021. “Estallidos de Indignación, Levantamientos de Esperanza: Cambios en los sujetos y los sujetos del cambio”. In: BRINGEL, B.; MARTÍNEZ, A.; M. Ferdinand. (Orgs.). *Desbordes. Estallidos, sujetos y porvenires en América Latina. Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo*. Quito: Fundación Rosa Luxemburg.
- MELUCCI, A. 1989. “Um objetivo para os movimentos sociais”. *Lua Nova*, n. 17, São Paulo: 1989
- PERRUSO, M. A. 2023. *10 Anos de Junho de 2013: da crise do Lulismo à Derrota de Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2023
- PERRUSO, M. A.; VELHO, D. R. A.; MORAES, F. 2018. “Junho de 2013 continua interpelando a intelectualidade brasileira”. *[SYN]THESIS, Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, v. 11, n. 2, p. 01-12, jul./dez.

